

LOYOLA DEFENDE PRIVATIZAÇÕES

JORNAL DA TARDE

Segundo presidente do BC, esta é a "solução lógica e natural"

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, defendeu ontem que a solução para as dívidas dos tesouros estaduais e municipais seja acompanhada de um "vigoroso plano de venda de ativos", ou seja, de privatização de empresas e outros bens de propriedade de Estados e municípios. "Não se resolve o problema da dívida baixando juros, mas sim pagando a dívida", afirmou Loyola, numa resposta indireta aos críticos da atual política de juros.

Pouco antes das declarações de Loyola, o chefe do Departamento de Dívida Pública (Dedip) do BC, Jairo Ferreira, havia divulgado um dado considerado preocupante: o valor das autorizações concedidas para que Estados e municípios tomassem empréstimo a título de Antecipação de Receita Or-

çamentária (ARO) de janeiro a setembro de 1995 chegou a R\$ 2,9 bilhões, superando em 112% o montante autorizado no mesmo período de 1994. Foi a primeira vez que o BC divulgou os dados da dívida de Estados e municípios.

O crescimento das operações ARO tem sido visto como preocupante pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, principalmente por se tratarem de empréstimos de curto prazo. As normas exigem que as ARO sejam quitadas no máximo até o 30º dia do ano seguinte ou 30 dias antes de acabar o ano, quando o governo estiver em final de mandato.

A tese defendida por Loyola é a de que os Estados e municípios se desfaçam de bens como forma de levantar recursos para abater divi-

das. "É uma solução lógica, natural", afirmou. O presidente do BC entende ainda que a solução para o endividamento deve ser "combinada com um processo de ajuste das despesas".

A iniciativa do BC de apresentar números que até hoje não havia se preocupado em divulgar, somada às declarações de Loyola, representa mais uma iniciativa do governo para justificar a reforma administrativa. Malan tem dito que o aumento das operações de ARO são na verdade resultado do desequilíbrio primário de contas. O motivo maior do desequilíbrio, por sua vez, é o aumento acelerado das despesas com pessoal, problema que só a reforma administrativa pode resolver, na avaliação do governo.

Mônica Izaguirre/AE